

Crise alimentar e crise nas pescas: paradoxos de mudança?

Enviado por António Brandão Moniz
01-Ago-2008

Desde sempre que a pesca tem constituído uma fonte importante de alimentos ao mesmo tempo que proporciona emprego e benefícios económicos aos que se dedicam a esta actividade. Antes considerava-se que a riqueza dos recursos aquáticos fosse uma dádiva ilimitada da natureza. A disponibilidade de peixe parecia permitir qualquer tipo de exploração.

A sobre-exploração dos recursos piscatórios Mas o desenvolvimento dos conhecimentos científicos na área da biologia marinha e a evolução dinâmica das pescas depois dos anos 50 do século passado fizeram desvanecer este mito. Constatou-se a partir de então que os recursos aquáticos, ainda que sendo renováveis, são limitados e têm que se submeter a uma ordenação adequada. Esse objectivo tinha a ver com o facto de se desejar que o bem estar nutricional, económico e social de uma população mundial crescente fosse sustentado. As previsões de crescimento demográfico começavam já a trazer preocupações acerca da capacidade de produção alimentar. Ao mesmo tempo, actualmente assiste-se, em muitas regiões do mundo, ao desmembrar contínuo de comunidades piscatórias. Isso acontece devido não só à escassez do pescado, e mais recentemente aos efeitos externos da crise energética, mas também pelo abandono progressivo da actividade pelos jovens consequência dos baixos níveis de rendimento distribuído. Este rendimento não corresponde ao tipo de actividade que é caracterizada pelo perigo permanente, pela sua sazonalidade e muitas vezes pela falta de condições de trabalho e segurança. A OCDE, num estudo sobre o sector das pescas, sublinha que existe “ineficácia das políticas de gestão adoptadas com o fim de manterem as capturas em níveis sustentados. Como resultado, as capturas excedem frequentemente a capacidade produtiva e de renovação das espécies conduzindo os stocks a níveis muito baixos em detrimento das comunidades piscatórias”. Está-se a tomar cada vez mais consciente - embora de um modo reactivo - que a rarefacção da biomassa e até o seu desaparecimento a ritmos verdadeiramente assustadores é uma realidade. É ainda cada vez mais consciente para todos os actores sociais (empresários, pescadores, sindicatos, políticos, cientistas) que é possível um cenário de esgotamento, com todas as consequências ambientais, económicas e sociais. Os ecossistemas em que esses recursos piscatórios se sustentam estão a ser alvo de diversas agressões ao nível das cadeias alimentares e da biodiversidade, condição necessária à sua perenidade. Como é do conhecimento geral umas espécies são o alimento de outras numa cadeia nem sempre muito clara à luz da ciência actual, no que concerne ao meio bio-marinho. Essas agressões têm diversas origens, que vão desde a sobre-exploração dos recursos e efeitos da crescente poluição dos mares, até aos fenómenos de natureza climática que têm efeitos sobre a morfologia, a química e a biologia dos oceanos. Paradoxos nas pescas A pesca é uma actividade económica que tem como objectivo a exploração dos recursos piscatórios. A sobre-exploração de muitas espécies marinhas e, em particular, as de maior valor comercial, tem conduzido à sua rarefacção ou desaparecimento levando os pescadores à captura de outras espécies menos interessantes do ponto de vista económico. Isso produz uma cadeia infundável de destruição que, sendo apoiada em tecnologias auxiliares de captura cada vez mais eficazes (baseadas em tecnologias de informação e de comunicação), tem vindo a acelerar o ritmo de depleção. Existe algo de paradoxal ou contraditório neste comportamento, mas ele é perfeitamente esperado e conhecido. Numa primeira fase, o nível muito elevado do esforço de pesca conduz a grandes capturas e gera níveis de rendimento elevado e crescente. No entanto, numa segunda fase, por depleção, esse mesmo esforço gera rendimentos marginalmente decrescentes. Isto é, níveis cada vez maiores de esforço produzem resultados adicionais cada vez mais pequenos ou mesmo negativos a partir de certo momento. Os pescadores aplicam esforços cada vez maiores com rendimentos cada vez menores. Se adicionarmos temas como o preço dos combustíveis ou necessárias melhorias salariais, os rendimentos são ainda menores. Ao mesmo tempo a constatação do estado dos recursos conduz as autoridades à implementação de medidas e sistemas de condicionamento do acesso às zonas de pesca. Existe ainda um conjunto de medidas que devem levar à diminuição do esforço teórico de pesca, por imobilização definitiva ou temporária das embarcações, ou/e à fixação de TACs (Total Allowable Catches) para as espécies mais atingidas. De um modo geral, estes limites à actividade das pescas são crescentes num momento em que a procura deste tipo de alimento é tendencialmente crescente. Dependência da pesca De acordo com alguns autores, a dependência da pesca pode caracterizar uma comunidade que não tem fontes alternativas de emprego e de capital. Assim, quando se torna evidente que uma comunidade (mais do que uma região) não conseguirá sobreviver apenas dependendo da sua actividade de pesca, surgem graves problemas sociais e económicos. A redução de recursos pesqueiros, o aumento do custo de vida, a racionalização e a centralização de decisões levaram à perda de postos de trabalho em muitas comunidades. Assim, a dependência está profundamente relacionada com a estrutura da economia local. Ao nível europeu, esta dependência raramente ultrapassa os 20% da população empregada no sector. O sistema sócio-económico das pescas pode assim ser definido pela inter-relação e inclusão do sector da pesca com os outros sectores, tais como, a construção naval, aquicultura, investigação, transformação de pescado, comercialização, conservação e distribuição. No entanto, as actividades económicas a montante e a jusante não se encontram normalmente no mesmo sector, nem constituem uma cadeia de valor directa. Mas, no caso das pescas, há que considerar agregações de actividades que têm implicações directas entre si, embora sejam sectores muito distintos uns dos outros. Assim, essa dependência pode ter dimensões ainda maiores. As comunidades da pesca podem sofrer de dois tipos de dependência: um, refere-se a uma dependência significativa em termos de estrutura de emprego, e de política económica, das actividades directas e indirectas das pescas. Este tipo de comunidades dependentes estão localizadas em áreas urbanas não muito grandes (normalmente, junto de cidades de médias dimensão) ao longo da costa oceânica. O outro tipo inclui um envolvimento significativo dos trabalhadores do sector da pesca noutros sectores de actividade económica. Estas comunidades encontram-se inseridas em grandes regiões urbanas onde o sector tem uma menor importância económica. Trata-se aqui de comunidades de pesca que cresceram lado a lado com outras

actividades industriais, e desenvolveram outros sectores económicos. Efeitos sociais A constatação da aplicação da lei dos rendimentos decrescentes à exploração pesqueira é fruto das possibilidades limitadas de regeneração dos stocks sob exploração. Essa constatação conduz também a medidas de controlo do acesso aos recursos. Existem por conseguinte efeitos importantes sobre as espécies exploradas e sobre as que desta dependem na cadeia alimentar em que se encontram inseridas. Existem ainda efeitos sobre as empresas e as comunidades que vivem directamente da exploração destes recursos atingidos. São assim visíveis outros efeitos económicos e sociais de natureza mais geral sobre a fileira das pescas, isto é em relação às actividades que se situam a montante e a jusante. Estes efeitos são assim de natureza biológica e ecológica, de natureza económica e de natureza social. Deste modo torna-se evidente que a simples abordagem biológica ou mesmo bioeconómica da pesca não constitui resposta suficientemente aceitável e bem sucedida. A abordagem necessita ser sistémica e centrada nos níveis biológico, económico e social. Até porque não estaremos perante uma crise alimentar ou do sector das pescas, mas sobretudo perante um processo de mudança que conduzirá a alterações nos próprios hábitos alimentares. Bibliografia[1] FAO: The State of World Fisheries and Aquaculture, Roma, FAO, 1995.[2] Moniz, António, Kovács, Ilona, Vicente, Duarte and Ramos, Ana R. (2000): Fisheries Development and Fisheries Dependent Communities in Portugal: Socio-Economic Change and Strategic Planning. in: David Symes (ed.): Fisheries Dependent Regions, London, Fishing News Books (2000): pp. 143-153.[3] Moniz, António and Godinho, Manuel M. (2000): New Methodological Approaches for Change in Traditional Sectors: The Case of the Portuguese Fisheries Socio-Economic System. Published in: Économies et Sociétés 5 Série "Dynamique technologique et organisation"; (2000): pp. 63-77.[4] OECD: Towards Sustainable Fisheries, Paris, OECD, 1997. António Brandão Moniz - Doutoramento em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa, é Professor associado com agregação na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT-UNL), Portugal. É ainda director do centro de investigação em Inovação Empresarial e do Trabalho (IET) e dirigiu o projecto nacional MARHE sobre as Políticas de Recursos Humanos e Emprego na Pesca em Cenários de Crise e Mudança, e outros estudos sobre o sector.